



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO.
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

VOTO EM SEPARADO

O Projeto de Lei nº 6.717, de 2016

,
O
Projeto disciplina sobre o porte
rural de arma de fogo.

Autor: Deputado AFONSO HAMM
Relator: Deputado ALBERTO FRAGA

O Projeto de Lei nº 6.717, de 2016, disciplina o uso do porte rural de arma de fogo, com a justificativa do autor, Deputado Afonso Hamm, que afirma “ser necessário disciplinar a matéria tendo em vista que hoje rege-se pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, a qual encontra-se em vias de ser integralmente modificada”.

O Projeto prevê que seja concedida a licença para o porte rural de arma de fogo, mediante requerimento e de análise objetiva, ao proprietário e ao trabalhador, maiores de vinte e cinco anos, residentes em área rural, que dependam do emprego de arma de fogo para proporcionar a defesa pessoal, familiar ou de terceiros, assim como para defesa patrimonial.

O relator, Deputado Alberto Fraga, no sentido de tornar mais claro o direito ao porte de arma nos casos citados, propõe a redução da idade mínima para o porte rural, reduzindo dos vinte e cinco propostos para vinte e um anos de idade.

VOTO EM SEPARADO

Entendemos que este projeto é inteiramente contrário ao que vem defendendo as organizações da sociedade que buscam a paz como atributo essencial a um mundo mais justo e solidário.



Facilitar o acesso às armas é criar um ambiente propício a tragédia. Um levantamento feito nos casos investigados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) aponta que 83% dos assassinatos esclarecidos foram cometidos por motivos fúteis como brigas de trânsito, discussões de casal, rivalidades entre torcedores fanáticos. Quando se tem uma arma à mão, este é o resultado.

Países, como os Estados Unidos vêm com frequência os resultados do uso irrestrito das armas de fogo. Esta semana mais um atentado ocorreu, levando à morte 59 pessoas em Las Vegas, nos Estados Unidos, por um único atirador que usou as prerrogativas de ter direito a portar uma arma de fogo

No Brasil, os conflitos no campo registrados no Brasil aumentaram de 1.217, em 2015, para 1.536, em 2016, o que representa um aumento de 26%, segundo relatório anual apresentado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) .

Os assassinatos contra trabalhadores no campo crescem sem parar. Em 2016 os assassinatos foram 58, crescendo 23% em relação a 2015. Já em 2017, apesar de estarmos ainda a três meses do seu final já temos 65 assassinatos. Tudo isso sem que o uso das armas seja liberado.

Tudo isso ocorre com o único sentido de garantir o apoio das empresas fabricantes de armas a parlamentares que apoiam tais medidas, tanto aqui como em outros países.

Assim, não podemos concordar com esta proposta de avanço da violência no Brasil.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2017

João Daniel
PT/SE